

VINHETAS@ECONOMISTAS.PT



Tenho vindo a observar nos últimos tempos, de forma atenta, os passos estratégicos que estão a ser desenvolvidos pela nossa direcção os quais, confesso, me têm surpreendido muito positivamente pela forma célere e pró-visionária usadas.

A Ordem dos Economistas (OE) há muito que tinha já consagrado o seu estatuto de reconhecida capacidade de valorização dos seus membros e agregação associativa em si, utilizando triviais mas sempre muito importantes iniciativas públicas, como conferências, fóruns, jantares-debate, entre outro tipo de sessões cuja vertente propagandística nos mass media tem resultado até hoje numa imagem digna e socialmente relevante da nossa profissão.

Todavia, todo esse esforço tem sido conduzido para a vertente macro-económica e de cariz fundamentalmente orientado para a teoria política de apoio à governação. Esse é um desígnio da nossa profissão, vital e sempre de prossecução orientativa da OE, mas, a meu ver, não deve ser a única, pois as habilitações de economistas há muito que oferecem ao mundo outras exigências e, em Portugal, também já deveriam existir. Passo a explicar:

A nossa sociedade comercial está assente em muitas pequenas empresas que, devido às generalizadas dificuldades estruturais de financiamento nas mesmas, têm recorrido a recursos alheios, assentes em subsídios e empréstimos públicos e/ou comunitários nas suas variantes de incidência sobre o investimento e sobre a actividade. Ministério da Economia,

Iapmei, IEFP, Segurança Social, entre outros organismos – excluí aqui propositadamente o Ministério das Finanças por entender que esse não é o nosso domínio, como mais à frente explicarei - carecem, e bem, de verificação e formação directa junto dos promotores para os sistemas de apoio que colocam à disposição.

Ora, os interlocutores privilegiados nesse processo devem ser os economistas! Quem melhor preparado para fazer um estudo económico que nós? Refira-se, a este propósito, que têm-me aparecido situações para resolver de processos mal orientados por profissionais regidos por outras ordens de substância técnica muito diferente(...).

A formação e o plano de um curso de licenciatura (conjugada com o mestrado) em Economia/Gestão apresentam valências multidisciplinares fortemente voltadas para o mundo empresarial e fortemente compostas de disciplinas conducentes à utilização intensiva de metodologias de previsão económica (estatística descritiva, econometria, investigação operacional e métodos de apoio aplicados à gestão, etc) que nos permitem estar muito melhor preparados que outras profissões para essa incumbência. Poderão os mesmos contra-argumentar que também os seus cursos dispõem de uma elevada componente estatística e matemática, sendo isso certo, mas salienta-se que não existe a intensiva complementaridade de disciplinas de contabilidade, gestão financeira, fiscalidade e economia, nem um plano de curso estruturado integradamente que obriga cada disciplina a interrelacionar-se curricularmente com as outras e com o fim do curso de Gestão ou Economia.

Como deverão já ter presumido, a minha exposição visa o estabelecimento de uma imposição legal de certificação e responsabilização de certos procedimentos económicos, exigidos a promotores económicos pela aposição de uma VINHETA DE ECONOMISTA, complementada ou substituída por SENHA ELECTRÓNICA. Nesta situação, incluem-se os formulários ao QREN, IEFP, IAPMEI (como por exemplo os Planos Extra-judiciais de Conciliação e SIRME), Segurança Social, entre outros organismos públicos, desde que os mesmos obriguem ao fornecimento de elementos previsionais ou de planeamento estratégico de índole financeira e económica.

Alguns de nós, porque igualmente membros de uma ordem que regula outra disciplina e profissão (OTOC), poderão interrogar-se se não deveriam ser os Técnicos de Contas (Contabilistas) a validar as referidas obrigações. Na minha perspectiva, o contabilista deve

registar e validar a informação económica empresarial do passado no presente em acto contínuo corrente, embora reconheça que necessite, por vezes, de perspectivar contingências e obrigações futuras.

Igualmente, para o economista, porque curricularmente lhe foram oferecidas valências e metodologias mais condicentes com a técnica de previsão, quer sob a forma de estudos quer de planeamento, existe claramente uma predisposição habilitacional mais apropriada do que à de T.O.C. (contabilista) nesta matéria.

A nossa ordem será, muito provavelmente, a única em Portugal cujos membros não estão obrigados a certificar, validar e responsabilizar-se nessa qualidade de profissional em nenhuma matéria (excepto eventualmente na situação específica e irrelevante em que se apresentam como peritos económicos arbitrais junto de Tribunais). Seria bom reflectirmos todos neste aspecto, pois um dia este ponto fraco revelar-se-á uma ameaça.

Após analisar os dados fornecidos pela OE sobre um estudo recente para a organização em colégios de especialidade, foi evidente, e esmagador, o peso das tendências dos membros para o lado mais empresarial do que a vertente de economia política e macro-institucional, o que me conduziu a produzir este texto de opinião construtiva sobre a dinâmica estratégica para a nossa profissão.